

Diretor Executivo da Fundação Educacional  
EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS

Diretor Geral de Administração  
NELSON OCTAVIANO FERREIRA BRAGA

Diretora Geral de Pedagogia  
JOSEPHINA DESOUNET BAIOCHI

Seminário de análise profissional do ensino de 1º grau.  
Sec/Edf/Dep/Plan/Dger . 1976, Bsb./NF

Diretor de Seleção de Recursos Humanos  
CLÉSIO DE SOUSA FERREIRA

Coordenação de Apoio

GILDO WILLADINO – DEPLAN/SEC

MARIA DE LOURDES SEIXAS PRATA – CCRH/DGA/FEDF

HELIET LUCIA G. DE ABREU – DEPLAN/SEC

LILIAM RODRIGUES RIOS – CCRH/DGA/FEDF

---

SETOR DE L ISENTAÇÃO  
E DIVULGAÇÃO - CEF

N.º 71/78 07-3-78

Ao longo do ano de 1976 o complexo Secretaria de Educação e Cultura - Fundação Educacional do Distrito Federal, com apoio do Departamento de Ensino Fundamental do MEC, promoveu o Seminário de Análise Prospectiva do Ensino de 1º Grau.

O projeto foi elaborado e coordenado pelo Departamento de Planejamento da SEC e pelo Centro de Capacitação de Recursos Humanos da DGA-FEDF.

A clientela do Seminário constituiu-se de Diretores e Técnicos da Administração Central da SEC-FEDF, Diretores dos Complexos Escolares, representantes das escolas particulares, do DEF-MEC e outros órgãos públicos e particulares do Distrito Federal.

A estrutura geral do seminário desdobrou-se em duas fases: a primeira com apresentação de conferências seguidas de debates, e a segunda com círculos de estudos realizados ao fim de cada semestre.

Foram convidados especialistas em diferentes áreas, a saber:

- WLADIMIR MURTINHO  
Embaixador e Secretário de Educação e Cultura do DF
- GILDO WILLADINO  
Técnico em Planejamento Educacional
- JOSÉ CARLOS CARPILOVSKI  
Médico Psicanalista
- PAUL AMMANN  
Sociólogo
- JOSÉ CARLOS COUTINHO  
Arquiteto e Urbanista
- ALUIZIO MAGALHÃES  
Designer
- ANTONIO CARLOS OSÓRIO  
Advogado e Empresário

- DIVONZIR ARTHUR GUZZO  
Economista e Especialista em Planejamento de Educação
- DAVID BOIANOVSKI  
Médico Especialista em Medicina Social e Pediatria
- ANTONIO CABRAL DE ANDRADE  
Advogado e Especialista em Planejamento de Educação Técnica
- ANA MARIA POPPOVIC  
Psicóloga e Pesquisadora Educacional
- NILO JARDIM  
Assistente Social e Advogado
- HELI WALTER COUTO  
Empresário
- JOSÉ DE OLIVEIRA NEVES  
Técnico em Administração Pública
- PADRE JOSÉ VIEIRA DE VASCONCELOS  
Educador e Presidente do Conselho Federal de Educação
- ANNA BERNARDES DA SILVEIRA ROCHA  
Educadora e Diretora do Departamento de Ensino Fundamental do MEC

Seguem-se o documento básico apresentado aos conferencistas e participantes do seminário e as 16 exposições.

## DOCUMENTO BÁSICO

### Análise Prospectiva do Sistema Educacional

(Ciclo de Conferências sobre Perspectivas do Ensino de 1º grau em Brasília)

#### Objetivos

O Seminário propõe-se a ampliar o quadro de referência de educadores profissionais vinculados ao sistema educacional do Distrito Federal, através da análise crítica de aspectos essenciais e da própria razão de ser do processo educativo.

O Seminário nucleia-se na indagação de como orientar os alunos e para que, sendo questionados desde aspectos operacionais até os da filosofia da educação.

Pretende, pois, levar a redefinições, parciais ou globais, do funcionamento do sistema, tendo em vista as necessidades dos educandos, presentes e futuras.

#### Justificativa

O conceito de escola, por muito tempo, envolveu a função de conservar e transmitir conhecimentos, habilidades, aptidões, atitudes, valores e crenças da sociedade que a cerca.

No presente, não poucos advogam a necessidade de reformular essa função, adequando-a a novas circunstâncias.

Ao longo do século XX, em especial, após a 2ª Grande Guerra, as mudanças, em todos os campos, têm sido profundas e aceleradas.

O avanço tecnológico se processa em todos os setores; o conhecimento científico tem alterado conceitos e conteúdos; as relações sociais modificaram-se, atingindo a própria constelação familiar; os padrões axiológicos encontram-se abalados, com a obsolescência de certos valores e o surgimento de novos.

Pais e professores estão vivendo dentro desse processo, sem poder declinar de sua tarefa de educadores, enquanto se encontram inseguros num presente não totalmente assimilado.

A par disto, a democratização do ensino tornou-se uma realidade.

No Distrito Federal a escolarização obrigatória, dos 7 aos 14 anos, no Ensino de Primeiro Grau foi virtualmente alcançada (taxa de 93% de escolarização, sem limite de oferta de vagas por parte do Poder Público).

Toda demanda para ingresso no 2º Grau para candidatos até 18 anos (ou seja, até 3 anos de atraso em seu fluxo escolar) é atendida pelas escolas oficiais.

Dos concluintes do 2º Grau, tanto da rede oficial quanto da particular, 99,4% aspiram ensino superior.

Aproximadamente 3% de toda a população do Distrito Federal frequenta universidades, sendo que seu maior quantitativo se encontra em escolas noturnas.

O ensino supletivo abrange considerável clientela fora da faixa etária regular.

Quase 40% da população da Capital da República estudam.

Houve, portanto, não apenas uma expansão absoluta e relativa da clientela absorvida, como, ainda, ampliação dos estratos sociais atendidos — há uma situação nova, tanto quantitativa quanto qualitativa.

Para estudo dessa nova situação e suas repercussões, o Seminário foi estruturado.

#### Natureza e Dinâmica do Seminário

O Seminário é promovido pelo Complexo Secretaria de Educação e Cultura — Fundação Educacional do Distrito Federal, com o apoio do Departamento de Ensino Fundamental do MEC.

A clientela do Seminário será constituída por administradores do sistema, equipes de currículos e supervisão da FEDF,

coordenadores de complexos escolares da rede oficial, e responsáveis por escolas da rede particular. São convidados o Conselho de Educação do Distrito Federal e técnicos do Departamento de Ensino Fundamental do DEF.

A primeira etapa será desenvolvida através de palestras de 16 especialistas em diferentes áreas, apresentadas às sextas-feiras.

A cada expositor solicitar-se-á texto datilografado, entre 8 e 12 páginas.

Das 16 às 17 horas será feita a apresentação, seguida da participação de 4 debatedores e dos assistentes.

Após as 16 palestras, será efetuada a segunda etapa, em três dias, entre os participantes do Seminário, com a colaboração de texto conclusivo.

Posteriormente, as palestras do Seminário serão publicadas.

#### Questões Propostas

As questões propostas para os expositores são as seguintes:

- 1º) Na sua visão, simultaneamente pessoal e profissional, quais as mudanças mais relevantes ocorridas nas últimas décadas? Poderia identificar momentos, como, por exemplo, 1946, 1956, 1966 e o presente?
- 2º) Quais as tendências que visualiza para um horizonte de dez anos à frente? Quais as alterações que se desenham como prováveis?
- 3º) Sendo obrigatório o ensino de 1º Grau, com 8 anos de duração, e havendo oportunidades efetivas de acesso a níveis subseqüentes, quais as novas situações que podem surgir com a democratização do ensino?
- 4º) Poderia apresentar os atributos que seria relevante tivesse o concluinte de 1º Grau, como que desenhando o perfil do mesmo? Para o mundo de aqui a dez anos, que aspectos de conteúdo, ou de habilidades, ou de aptidões, ou de atitudes, ou de valores, deveriam ser enfatizados?

## APRESENTAÇÃO

De início, quero manifestar o meu contentamento com os organizadores do "Ciclo de Conferências sobre Perspectivas do Ensino de 1º Grau de Brasília", o qual permitirá aos seus participantes a visualização das profundas modificações ocorridas nas diretrizes do ensino neste século, principalmente no pós-guerra, em sua maioria advindas do avanço tecnológico.

A escola de hoje adquiriu nova função.

Não é apenas a memória do passado, retratando valores e tradições de uma minoria da sociedade, que a ela podia acorrer. As experiências a serem transmitidas aos educandos vão, dia a dia, se ampliando, o que torna necessária a revisão de conceitos antigos, inadequados aos nossos dias.

A educação popularizou-se, e, em conseqüência, há de se procurar novas fórmulas e modelos para, cada vez mais, propiciar melhores condições de ensino à crescente demanda de nossa população.

Brasília pode ser tomada como um exemplo de onde se verifica a efetiva democratização do ensino.

É uma cidade nova, e com alto índice populacional em bancos escolares, quer no ensino de 1º e 2º graus, quer no Supletivo, quer nas Universidades.

Nesta Capital não há limite de idade para se estudar — adolescentes, jovens, adultos e mesmo pessoas de idade avançada, todos procuram a escola para ampliar seus conhecimentos, visando desenvolvimento cultural e ascensão social e econômica, propiciados pelo aumento do mercado de trabalho local.

Assim sendo, é de muito interesse desta Secretaria as conferências que aqui serão realizadas nos próximos meses, num ciclo que muito contribuirá para a atualização dos professores da rede de ensino do Distrito Federal.

Os elementos nele recolhidos deverão fornecer ao nosso professorado melhores condições para orientar os seus alunos e, sobretudo, conscientizá-lo dos novos conceitos, das novas experiências e vivências que vêm ocorrendo no campo da Educação de nosso País.

Finalmente, ao ensejar que novos encontros como este, promovido pelo Complexo Secretaria de Educação e Cultura-Fundação Educacional do Distrito Federal, com o inestimável apoio do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura, sempre aconteçam, quero agradecer aos conferencistas que prontamente atenderam ao chamado para dele participar e aos professores, técnicos e especialistas que o prestigiarão.

Brasília, maio de 1976

WLADIMIR MURTINHO  
Secretário de Educação e Cultura do D.F.



GILDO WILLADINO

É provável que para a maior parte dos conferencistas, neste ciclo de palestras, a tarefa seja ao mesmo tempo fascinante e árdua.

O fascínio está em que se abre oportunidade para refletir em voz alta sobre questões nas quais se centram interesses e preocupações. Árdua porque força a, de certa maneira, parar dentro de um mundo que se movimenta a extraordinária velocidade e efetuar como que um balanço da própria vida.

A intenção deste ciclo de palestras, contudo, é exatamente esta - forçar-nos, a todos os participantes, a refletir. A não apenas aproveitarmos as experiências advindas de campos distintos do nosso, num verdadeiro trabalho interdisciplinar, como para averiguar em que a vivência de cada um de nós pode contribuir para uma educação mais apropriada à época presente.

Em primeiro lugar, depoimento sobre as mudanças ocorridas nas últimas décadas.

Tomaremos, aqui, a comparação entre duas épocas - a década dos anos 40 e a dos 70.

O ponto de partida pode ser o avanço tecnológico.

Nos anos 40 no campo da medicina, os médicos necessitavam extraordinária precisão em seus diagnósticos, pois o arsenal terapêutico era limitado: as sulfas, ainda muito tóxicas, mal completavam uma década, e a penicilina, produzida industrialmente após o término da 2a. Grande Guerra, vinha em doses de 20.000 unidades. Hoje, não apenas há sulfas de ação prolongada, com 2 gramas agindo por toda uma semana, como há uma vasta gama de antibióticos, onde injeção de penicilina de 1 milhão de unidades são o mais trivial. Em paralelo desenvolveram-se vacinas, processos sofisticados de vasculhar o organismo, refinadas técnicas de cirurgia.

Hoje, a vida humana, desde que o indivíduo tenha certos mínimos de renda, pode ser protegida desde a gravidez da mãe até idades avançadas. Em todo o mundo aumentou a média de vida, e cada vez é maior o número de pessoas que chegam à casa dos 70 anos e mais.

Na década de 40 surgiam os computadores a válvula, maravilha então como verdadeiros "cérebros eletrônicos". No presente, já temos a 4a. geração de computadores. Apenas no Brasil se dispõe de aproximadamente 1.000 computadores, embora ainda subutilizados, à falta de domínio da potencialidade dessas máquinas. Quando se imagina que imprimem com velocidade superior a 1.000 linhas por minuto deve-se procurar visualizar o que representa, em 10 minutos, ter pronta uma folha de pagamento de 10 mil pessoas - e sem erros, desde que corretamente alimentado.

Mas nem é preciso ir aos computadores. Na década de 40 as calculadoras eram manuais, movidas por alavancas ou manivelas, limitadas a 4 operações. Hoje, calculadoras de bolso, com pilhas alimentáveis de duração quase ilimitada, como as de níquel e cádmio, realizam qualquer potenciação e radiciação, cálculos trigonométricos e logarítmicos, fatoriais e inversões, possuem memória e várias são programáveis. Não apenas se obtém resultados em 1 décimo de segundo, como não há possibilidade de erro, salvo o não saber apertar a tecla correta.

Nos anos 40, quadrimotores a motor cruzavam os céus, embora o DC-3, da década anterior, gozasse de enorme prestígio. Em foguetes, as bombas V-1 e V-2 da Alemanha causavam surpresa. Em matéria de aviões, hoje quase que só se vêem aviões a jato, cujo vôo de cruzeiro é de velocidade superior ao de qualquer caça da 2a. Guerra Mundial, e cuja autonomia supera a imaginação daquela época. Em foguetes, perdeu-se a capacidade de espanto - o homem já foi duas vezes à lua, e sondas espaciais foram lançadas aos planetas mais próximos.

A aviação e a astronáutica tiveram forte estímulo por seus usos militares. Estamos muito longe das bombas "arraza-quarteirões" do meio da guerra - a própria bomba atômica de Hiroshima e Nagasaki é apenas espoleta das bombas de hidrogênio. A espécie humana dispõe hoje de arsenais suficientes para extinguir-se completamente, e várias vezes.

Em todas as áreas avançou a tecnologia e é certo que a tendência é que não apenas continue, como ainda se acelere o processo. A próxima década assistirá profundas mudanças, sendo imprevisível predizer-se quais serão as novas conquistas. Hoje em dia, quando algo começa a ser produzido industrialmente, já está superado, como diz o slogan da Boeing: "se voou, é obsoleto".

Para esse mundo em mudança tecnológica temos que preparar nossos alunos.

Em 1940 a população do Brasil era de 41 milhões de habitantes: em 1970 atingia 93 milhões - em 30 anos mais que

duplicou o número de brasileiros, num crescimento de 125%.

Em 1940 menos de um terço da população vivia nas cidades - a população urbana limitava-se a 31%. Em 1970 a população urbana alcança 56%. De 12,9 milhões nas cidades, em 30 anos, chegou a 52 milhões de habitantes: sua população foi multiplicada por 4.

O processo de urbanização não foi apenas intenso, como crescentemente acelerado. De 1960 a 1970 a população urbana cresceu em 63%, enquanto a rural teve apenas aumento de 5%. As cidades receberam mais 20 milhões de habitantes, passando de 32 para 52 milhões, enquanto a zona rural passou de 39 a 41 milhões, com acréscimo de apenas 2 milhões.

Sobre um total de 3.952 cidades brasileiras, com seus 52 milhões de habitantes, 303 delas (7,7% do total) possuem 20.000 habitantes e mais, concentrando 34 milhões, ou seja, 65% da população urbana. Já não se trata de população vivendo em lugarejos, apenas legalmente cidades, mas em cidades bem caracterizadas sócio-economicamente.

Esses números demonstram com clareza o principal fenômeno ocorrido no Brasil - nossa transformação de sociedade agrária, típica nos anos anteriores a 1930, em sociedade urbano-industrial.

Espera-se que, em 1980, dois terços da população vivam em cidades; percentual este que deve ainda crescer para daqui a uma década.

Não se trata de avaliar aqui se esta é a melhor opção ou se existem opções.

Simplesmente se constata um fenômeno, irreversível ao menos a médio prazo.

A organização urbano-industrial, com a concentração de habitantes em poucas grandes cidades, modela poderosamente a vida social de um país.

Evidentemente o fenômeno demográfico apresentado tem a ver diretamente com o processo produtivo. De 1960 a 1970 houve acréscimo de 30% da população economicamente ativa no Brasil - no setor industrial contudo, o aumento foi de quase 80% (78,7%).

A atividade industrial, além de criar todo um contingente de novas posições de empregos diretos, implica na multiplicação de novos empregos no setor de serviços.

Não obstante fenômenos ocorridos na economia internacional a partir de 1974 tenham se refletido nas taxas de crescimento econômico do Brasil, tudo indica que o processo de desenvolvimento continue, embora talvez num ritmo um pouco menos rápido.

Um dos fenômenos mais relevantes, no aspecto social, é a participação crescente da mulher, dentro das atividades econômicas.

De 1960 a 1970 o aumento de pessoas economicamente ativas foi de 26%, no sexo masculino, e de 52%, no sexo feminino. A taxa de expansão de pessoas do sexo feminino integradas no processo econômico foi o dobro da verificada no sexo masculino.

É verdade que ainda estamos longe da utopia em que as mulheres saem para trabalhar, enquanto os homens ficam em casa - em cada 5 empregos, 4 são ocupados por homens, e apenas 1 por mulheres.

Contudo, deve também aumentar a participação da mulher, absoluta e relativa, no mercado de trabalho, para a próxima década.

Tem-se aqui duas ilações a anotar para o planejamento educacional - a primeira é a de que devemos estar aptos a preparar contingentes crescentes de alunos para viverem em sociedade urbano-industrial. A segunda, decorrente do afastamento da mulher do lar para empresas, é a de que a escola não poderá ficar infensa às necessidades afetivas da criança, parcialmente prejudicadas pelo menor contato e menor proximidade da mãe.

As mudanças não se limitam a aspectos econômicos e demográficos, senão tenuemente, nesta apresentação.

Da década de 40 para a de 70, certamente mudaram os natais e mudamos nós.

Um pai, nos anos 40, tinha muito maior segurança do que o pai de hoje. Numa estrutura social e econômica de lentas transformações, podia então saber o que era certo e o que era errado, o que punir e o que gratificar. Hoje em dia, exatamente o que se poderia chamar de certo ou errado?

Passemos a alguns exemplos.

Nos anos 40 o "fumo era quase que exclusivamente masculino - era motivo de escândalo ver-se mulher fumando. Até hoje, em pequenas comunidades do interior brasileiro, o filho adulto, já com seus filhos, apaga o cigarro à porta da casa de seu pai, quando vai pedir-lhe a bênção.

Hoje, quando a adolescente fuma desses cigarros comuns, que apenas provocam câncer, os pais ficam felizes por não vê-la às voltas com maconha.

O namoro, nos anos 40, era um ritual complexo, comprometedor, vigiado e controlado - a saída de casa exigia sempre acompanhante, a hora de voltar rigorosamente cumprida.

Nos anos 70, tanto do automóvel quanto da pílula, quanto principalmente de determinados valores sociais, saber-se de que horas os filhos pretendem voltar para casa já parece ser algo tranquilizador.

Costumo repetir que os de minha geração - e aqui há vários que integram a mesma - pertencem a uma geração ensanduíchada. Quando crianças, se algo saía errado, a culpa era nossa. Quando adultos, se algo sai errado com nossos filhos, graças ao avanço da psicologia, também sabemos que a culpa é nossa.

É evidente que esta é uma caricatura da realidade - mas por certo tem contato com a realidade.

Neste aspecto, o relativo a valores morais, é muito difícil fazer-se previsão.

No relativo à vida sexual, como caso específico, a história é abundante em exemplos de, após períodos de extrema liberdade, passar-se a um rigor excessivo, se bem que um tanto farisáico.

Para os anos imediatos, parece que aumentará o grau de liberdade dos adolescentes, a par de maiores direitos das crianças, dentro da unidade familiar.

Como dizia Ortega y Gasset, "eu sou eu e minha circunstância" - estes são pontos de vista emitidos por uma pessoa de classe média. Para situar melhor esse aspecto do problema, cite-se apenas o caso específico do fenômeno do desquite. De 1960 a 1970 dobrou o percentual de desquitados - passaram de 0,1% para 0,2% da população de 15 anos e mais. Poucas vezes se cita que o percentual de "separados" permaneceu estacionário, nessa década, em 2,3%.

Mas, atingindo a todas as camadas da população tem-se o poderoso impacto dos meios de comunicação social.

Na década de 40, poucos jornais, com edições limitadas, e a ascensão e o fascínio do rádio, onde as descargas eletrônicas não chegavam a prejudicar 30% das transmissões.

Hoje, o rádio de pilha universalizado, e os aparelhos de televisão ao alcance de número crescente de famílias.

Não temos ainda condições de efetuar uma avaliação do que representa e vai representar a televisão - mas é certo que o diálogo familiar caiu de forma representativa, e que é muito mais fácil e confortável jogar-se numa poltrona e assistir uma novela do que ler um bom romance ou um livro de poesias.

Minha adolescência, nos anos 50, transcorreu numa geração estudantil que lia Romain Rolland, Roger Martin du Gard, Sartre, Gide, Thomas Mann, Herman Hesse, Bernard Shaw, Steinbeck, Hemingway, Dos Passos, Faulkner, Freud, entre outros - e nos encontros estudantis, o pessoal de interior do Rio Grande do Sul estava familiarizado com os mesmos autores.

Confesso que tenho lido pouco, pois, de um lado não localizo senão poucos bons autores atualmente, e, de outro, tenho televisão em casa.

Não sei se minha geração estudantil teria efetuado suas leituras, tendo as atuais formas de lazer tão acessíveis e em casa um aparelho de TV a cores. Não sei, também, quanto e como se lerá para os próximos dez anos.

Até aqui foi apresentado um elenco de mudanças nos últimos 30 anos.

Quais terão sido as mudanças no setor educação?

Esta pergunta se deixa em aberto para todos os participantes.

Tomar-se-á aqui somente o aspecto de democratização do ensino.

É indiscutível que, no Brasil, a oferta de educação gratuita expandiu-se de forma notável nos últimos 15 anos.

Em 1964, 79% da população de 7 a 14 anos, no Distrito Federal, estavam matriculados. Em 1970 a taxa subia a 87%, alcançando, em 1975, a 93%. Isto, não obstante o vertiginoso crescimento demográfico do Distrito Federal.

Para se ter uma idéia do que representam essas taxas, em 1975 o núcleo urbano com menor taxa de escolarização era a Ceilândia, com 86,5% - quase os mesmos 87% de todo o Distrito Federal, 5 anos antes.

Contudo, é discutível até que ponto essa democratização é real e efetiva, na dinâmica interna do processo educacional.

O exemplo mais amargo é dado pelas taxas de promoção na 1ª série do ensino de 1º Grau - em 1975 a promoção nesta série foi de 51,6%. Isto, arredondado para 50%, significa que de cada 2 alunos, um fracassa na 1ª série.

Este é, indiscutivelmente, o maior ponto de estrangulamento do sistema, a nossa maior irrealismo e, ao mesmo tempo, a resistência interna do processo educativo a uma efetiva democratização.

Por força de lei e por decisão de governo, a criança é chamada à escola - matéria-prima indefesa, que certamente não se organiza socialmente com objetivo de fracassar na 1ª série. De nosso lado, estabelecemos padrões ou demasiadamente ambiciosos para essa clientela, ou não sabemos operacionalizar o alcance desses padrões, ou talvez incorramos em ambos os erros. Desconheço exemplo de qualquer outro setor que perca 50% de seus contingentes.

Uma fábrica faliria, caso tivesse essas perdas. Um hospital que tivesse 50% de baixas seria objeto de escândalo universal. Um sargento que perdesse duas vezes metade de seus soldados iria à corte marcial. Nós, na rede oficial do Distrito Federal, não chegamos a alcançar 60% de promoções na 1ª série, o que ainda seria uma taxa muito baixa.

O problema não está em promovermos os alunos por decreto, apenas para melhorar os dados estatísticos.

Estamos diante de uma nova clientela, e temos que conhecê-la, para podermos atuar com maior eficácia. Temos que estabelecer objetivos e padrões que possam ser atingidos por essas crianças, ao mesmo tempo em que, tecnicamente, estejamos capacitados a auxiliar nossos alunos a alcançar níveis de desempenho adequados.

O fato é que não podemos continuar a aplicar mecanismos altamente elitizantes, como ocorre de momento.

Mas, mesmo com esse nó górdio na 1ª série, as crianças e as famílias toleram e metabolizam o fracasso, e, mais cedo ou mais tarde, prosseguem seu percurso ao longo das séries seguintes.

Já perderam, é certo, muitas oportunidades de vida - seu potencial de inteligência não verbal desenvolver-se-á em níveis mais baixos, suas perspectivas de prosseguimento de estudos diminuiram de forma sensível, as oportunidades de obter níveis mais altos de renda quando de seu ingresso no mercado de trabalho foram achatadas - mas prosseguem.

Caso concluam o 1º Grau antes dos 18 anos, ao menos no Distrito Federal, podem aspirar ao ingresso e à conclusão do 2º Grau. Mais cedo ou mais tarde poderão ingressar em universidades, diurnas ou noturnas.

É certo que nem todos farão esse longo caminho - mas após o ingresso no 2º Grau, poucos desistem, e 99,4% dos

concluintes de 2º Grau aspiram curso superior.

O fenômeno da educação em Brasília é quase inacreditável - nós vivemos aqui e, incrivelmente, não somos capazes de compreender todo o alcance do que acontece.

Entre 35 e 40% da população estudam, nos diferentes graus e modalidades de ensino.

Um habitante em quatro é aluno da rede oficial.

3% da população freqüentam cursos superiores - não há Unidade da Federação com tal taxa.

Quase 10% estudam à noite. Esta talvez a originalidade de Brasília - nenhuma cidade brasileira possui um fluxo de tráfego das 10 e 30 às 11 da noite - é toda uma população estudantil que retorna para seus lares.

Ocorre que se acredita em educação. Depende de nós fazermos que essa crença venha a se concretizar no atendimento às aspirações dos educandos.

Talvez seja desnecessário insistir que haverá um forte contingente cujas esperanças serão frustradas.

Em boa parte as condições sócio-econômicas e culturais das famílias terão modelado o sucesso ou fracasso futuros. Sem considerar azares individuais, como nascimento de uma criança com deficiências congênitas, ou acidentes, ou enfermidades raras ou imprevisíveis, os filhos dos aqui presentes têm e tiveram proteção e assistência desconhecidas por populações faveladas.

Houve os cuidados na gravidez, no parto, na amamentação, na alimentação e cuidados de saúde no primeiro ano de vida e nos subseqüentes. Tiveram supridas necessidades afetivas. Como observou um médico colombiano, receberam amor e proteínas. Além disto, o exemplo em casa, de pai ou mãe, ou ambos, com hábito de leitura e estudo, com conversas à mesa girando em torno de assuntos profissionais.

Essa massa de influências ambientais cria, numa criança assistida adequadamente, valores e aspirações, incorpora conhecimentos e atitudes.

Por certo uma criança que viva em barraco, com pai analfabeto ou semi-alfabetizado, de renda baixa, não terá o mesmo ponto de partida. Mas sua família acredita em educação - na Ceilândia, a primeira aspiração é o lote, e, logo após, a educação para os filhos. A casa e saúde vêm depois.

Assim, se nem todos atingirem o alvo proposto, existe uma possibilidade concreta de que alguns - ou muitos - possam atingir condições de vida superiores às de seus pais.

Seria uma falácia dizer que a educação, por si só, resolverá todos os problemas - mas não há dúvida de que oportunidades educacionais representam condição indispensável à busca de uma democracia social.

Falar sobre a abertura de oportunidades que representa a democratização do ensino leva à quarta questão formulada, qual seja desenhar o perfil do concluinte de 1º Grau.

Para isto nos baseamos, principalmente, na tese de doutorado de Donald Holsinger, cujo trabalho de campo foi desenvolvido em Brasília, em 1971 - "A Escola Primária como um dos primeiros agentes socializadores dos valores modernos - um estudo brasileiro".

Holsinger testava a hipótese e obtinha comprovação, no sentido de "que as escolas, devido a seu peculiar ambiente de aprendizagem, incorporam nos alunos certas experiências largamente não avaliáveis em outros meios sociais, e que estas experiências representam condições que conduzem à aquisição de valores modernos".

Aqui adotamos a tese de Inkeles, em que se baseou Holsinger, de que a educação "é a mais importante das influências que movem o homem do tradicionalismo para a modernidade nas nações em desenvolvimento".

A modernidade, ou modernização, é vista como um conjunto de atitudes, valores e formas de ação decorrentes da participação em instituições de uma sociedade industrial.

Antes de explicitar melhor este ponto de vista, diria que o conteúdo é talvez uma das coisas menos relevantes dentro do processo educacional.

Para situar a afirmação diria apenas que os participantes deste encontro alcançaram uma situação profissional e pessoal que é respeitada, individual e socialmente. Embora a renda de cada um esteja certamente abaixo do que consideraríamos satisfatório, não se está no limiar de privações severas e muito menos no da fome. Mesmo assim e vivendo no setor educacional, dificilmente alguns de nós teriam condições de lograr a aprovação em todas as disciplinas, caso se submetesse a exames supletivos de 2º Grau.

Profissionais de outras áreas, como direito, medicina, engenharia, economia, sociologia - e todas as graduações acadêmicas - teriam também baixas probabilidades de serem bem sucedidos em exames supletivos.

No entanto, logram sucesso em suas vidas.

Perderam muito do conteúdo - e, apesar disto, sobrevivem, dão sua contribuição ao desenvolvimento do País, e logram obter recompensas pessoais.

Iria mais longe, lembrando o professor José Aloysio Aragão, brilhante educador já falecido, que adotava a "teoria dos resíduos". Em forma esquemática, ele dizia que o resíduo é o que sobra quando esquecemos o resto - daí porque teríamos que selecionar os aspectos essenciais de conteúdo, para que estes fossem os resíduos, podendo nos dar ao luxo de abandonar o restante ou dar-lhe menor atenção.

Voltando ao aspecto de modernização, defenderia que o mais relevante, nas escolas de 1º e 2º Graus, seria desenvolver atitudes, hábitos, aptidões, aspirações e valores nos educandos, que os habilitassem a obter sucesso numa sociedade urbano-

industrial.

Como a modernização é questão de mentalidade, um conjunto de disposições em termos de ação, como que uma índole, na verdade se trata de um processo, que dura toda a vida.

Esta busca, esta experimentação, esta atitude vivencial estão na própria formulação do princípio, cada vez mais aceito, mas ainda não devidamente operacionalizado, da educação permanente.

Aqui se levanta a pergunta de o que significa "ser moderno"

A resposta não é fácil, e deverá ser procurada através de aproximações sucessivas.

Embora cada época e sociedade tenham como que um tipo ideal de modernidade, podemos buscar algo que seja válido para hoje, e, provavelmente, para uma década ou mais.

Caso se chegue a certos denominadores comuns, a escola de 1º Grau poderia trabalhar organicamente, para que o educando alcançasse essa índole.

Quais seriam os atributos de uma pessoa moderna?

Citaremos alguns - e, para efeito de cada um visualizar com maior isenção, poderia se imaginar os atributos propostos num novo colega de serviço, num chefe ou num subordinado, ao mesmo tempo que imaginar os mesmos atributos em nossos filhos: assim fica mais imediato o posicionamento do que aprovamos.

Em primeiro lugar, a crença na verdade e a busca da mesma. A curiosidade e a procura de informações através quer de colegas, quer de livros, quer dos modernos meios de comunicação. Isto significa, obrigatoriamente, ter alto nível de aspirações educacionais e profissionais.

Outro aspecto é o da aceitação de que, em princípio, são positivas as mudanças que acompanham a industrialização, como modo melhor de fazer mais coisas a custo mais baixo. Isto implica também na busca consciente de bens e serviços oferecidos pela sociedade moderna, e no empenho lúcido em conseguir esses bens.

Ao mesmo tempo, é indispensável o respeito à dignidade e aos direitos do próximo. Esta atitude pressupõe, entre outras coisas, na flexibilidade de opinião e no interesse pela diversidade de atitudes e opiniões que o cercam. Além de proteger os direitos do próximo, significa a disposição de aceitar idéias novas e novas maneiras de execução de tarefas, bem como aceitar a possibilidade de efetuar novas tarefas.

A fé na ciência representa aceitar que o homem tem condições razoáveis de controlar seu destino. Leva ao planejamento da própria vida, a médio e longo prazo. Na necessidade de organizar o tempo, quer em pontualidades, quer em assiduidade, quer na distribuição de etapas do trabalho. Em que o mundo seja regido por leis, e que essas leis possam ser conhecidas e dominadas pelo homem, para justamente poder determinar e transformar esse mundo.

A aceitação da democracia representativa traz consigo a participação em problemas cívicos e comunitários, que possam ultrapassar seu próprio grupo de interesse e sua própria comunidade. Um indicador importante é o grau de identificação com os problemas nacionais e internacionais.

Estes, pois, alguns dos aspectos que, junto com Holsinger, consideramos relevantes para caracterizar uma pessoa moderna.

Acrescentaria apenas a adesão ao projeto nacional de emergirmos como país efetivamente desenvolvido, ao mesmo tempo em que não perdêssemos nossas próprias raízes, ou seja, em que buscássemos conhecer e consolidar atributos básicos da cultura brasileira.

Defendemos, pois, que temos como responsabilidade essencial e indelegável de, em primeiro lugar, definir certas atitudes e valores em nossos educandos, que lhes dêem condições psicológicas para viverem num mundo em transformação.

Após as definições, viria a operacionalização.

Assim, exigir pontualidade e assiduidade dos alunos deve ser acompanhado da consciência de que, no trabalho em comum, o uso do tempo é essencial à produtividade.

A disciplina escolar não pode ser mais que o respeito ao direito dos colegas e dos professores. Poder-se-ia dizer que disciplina é o mínimo de ordem necessária ao trabalho comum, variando conforme o tipo de atividade e dos objetivos da mesma. Do lado do professor, a eliminação de disciplina severa revela o respeito ao senso de dignidade do aluno.

O desenvolvimento e o estímulo à expressão de opiniões do aluno tanto pode ser feito diretamente pelo professor, como principalmente da forma indireta, através de projetos grupais.

As idéias poderiam ser multiplicadas - mas o essencial é que os padrões de comportamento dos professores fornecem aos alunos experiências que levam à aquisição de valores modernos.

O "como" o professor ensina é muito mais importante do que aquilo que ele ensina. Vários dos participantes têm interesses específicos por determinados campos, assim como ojeriza por outros, em virtude de estímulos ou desestímulos recebidos por determinados professores com os quais conviveram.

Independente do problema de o que possam ser valores modernos, tudo indica que a escola de 1º Grau deve ser repensada em diversas dimensões.

Tomemos apenas dois exemplos - ambos casos de queixas de professores universitários, de 2º Grau ou de 1º Grau. Os alunos não sabem estudar e não sabem escrever.

Primeiro caso. Se o aluno não sabe estudar, alguém tem que ensinar-lhe isto. Em vez de recriminar o aluno, não seria

mais pertinente um trabalho científico neste sentido? Assim, para arriscar uma sugestão, constar da organização curricular projetos de pesquisa, bibliográfica ou experimental, individual e de grupo. A partir da 5a. série, digamos, iniciar esse trabalho, aprimorando-o até à 8a. série, com graus crescentes de complexidade e de exigência de determinados níveis de desempenho. Poder-se-ia, já nas séries anteriores, orientar a coleta de material, individualizada, para em classe os alunos irem permutando suas experiências e conhecimentos - a partir da 5a., com a orientação de um manual básico, de técnica de pesquisa, orientar o aluno.

Segundo caso. O aluno não sabe escrever. Neste caso, poder-se-ia partir do pretendido final do curso - o concluinte deveria ser capaz de efetivar certas tarefas típicas, como escrever uma carta pessoal, e dominar certas formas de redação oficial e comercial, como memorandos, ofícios, cartas, telegramas e relatórios. Definidas as tarefas típicas, a partir da 5a. série os alunos seriam orientados, assistidos e exercitados à redação, também em grau crescente de complexidade e de exigência de padrões de desempenho.

Os dois casos tratados se referem a ações a serem desenvolvidas curricularmente da 5a. série em diante. Isto porque acreditamos que nas primeiras séries poder-se-ia diminuir a carga de conteúdos exigidos, cuidando de outros interesses e necessidades dos educandos.

A identificação e atendimento de necessidades emocionais, entre elas a carência afetiva e a falta de segurança, talvez sejam mais relevantes que o trabalho de alfabetização, em si mesmo. Um domínio básico do ler e escrever na 1a. e 2a. séries desenvolvido de forma um tanto lúdico seria um resultado excelente para essa fase.

A 3a. e 4a. séries poderiam ser centradas na organização do trabalho individual e em, grupo, em torno de conteúdos mínimos. Não podemos esquecer que a própria vida está ministrando conteúdos, aos quais não faltam aqueles transmitidos pelos modernos meios de comunicação.

Da 5a. em diante, técnicas de trabalho científico, aplicadas agora sobre conteúdos mínimos obrigatórios, e sobre certos desempenhos exigidos, capazes de serem ampliados conforme a potencialidade dos alunos.

Insistimos em alguns aspectos, como a capacidade de expressão escrita e a capacidade de organizar os estudos, porque estas são essenciais num processo de educação permanente. Entre parênteses, na expressão escrita colocamos a capacidade de expressão em matemática, que em última instância não é senão uma linguagem.

As áreas de estudo ou disciplinas a compor o currículo nos parecem bem menos relevantes - mas poderíamos dizer que as 4 primeiras séries teriam talvez vantagens se desenvolvessem conteúdos vinculados ao ecossistema dentro do qual se encontra o educando.

Retornemos, para concluir, à questão proposta - qual o produto adequado do 1º Grau para o mundo de aqui a dez anos?

A única resposta correta é a de que, no momento, não sabemos nem mesmo qual é o atual concluinte. Se alguém nos diz que concluiu o 1º Grau ou o curso ginasial, nós não temos a menor idéia do que essa pessoa sabe ou é capaz de fazer.

Independente das opiniões aqui expressas, o que parece indispensável é montar o currículo pelo final, pelo produto almejado e, depois, verificar as formas pelas quais os objetivos propostos possam ser alcançados: isto implicaria em desdobrar em cada fase do ensino de 1º Grau (ou seja, a cada dois anos do curso) objetivos intermediários. A discriminação do elenco das áreas de estudos e disciplinas viria adiante, em função desses objetivos. Cada professor trabalharia dentro de uma equipe, não apenas na série, mas dentro do pretendido no curso.

O trabalho que nos aguarda não é fácil nem chegará a seu término nunca - parece, porém, que um dia teremos que dizer o que queremos exatamente do ensino de 1º Grau para nossos alunos.

JOSÉ CARLOS CARPILOVSKI



Não me é fácil falar de educação para educadores. Por prudência, ficarei o mais possível dentro da questão que me foi proposta: "quais as mudanças mais relevantes, ocorridas nas últimas décadas, em minha visão pessoal e profissional". Mesmo assim, sei que o médico, em seu consultório, tem uma visão bastante parcelada, talvez mesmo diversa da do educador, que acompanha, passo a passo, o envolver das diversas gerações.

Cresci em uma cidade pequena, em cuja rua principal, de terra batida, eu andava de bicicleta. A cidade cresceu comigo; surgiram os automóveis, o paralelepípedo, o asfalto; multiplicaram-se as escolas, criaram-se as faculdades. Santa Maria de hoje se parece muito com Porto Alegre de vinte anos atrás. Porto Alegre em que passei a adolescência, em que cursei a faculdade. Porto Alegre que hoje tem as características do Rio de antigamente. E o Rio tão simpático transformou-se em uma metrópole hostil, com problemas de trânsito, poluição e, principalmente, violência. Fiquei com a impressão que muitas das mudanças em nosso modo de viver se deve ao que foi chamado de "explosão demográfica urbana". Pelo censo de 1970, a população aproximada de Santa Maria, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Brasília era, respectivamente, 150.000, 900.000, 4.200.000 e 540.000 habitantes. Levando em conta os 15 anos desta última e o seu ritmo veloz de crescimento, já é possível prever os problemas que vocês enfrentarão em um futuro bem próximo.

Mas o mundo não mudou apenas em número de habitantes. Pesquisas científicas e o desenvolvimento tecnológico delas resultante impôs uma nova realidade a que cada um, e a sociedade em conjunto, teve que se adaptar. E novas complicações se sucediam a cada tentativa de simplificar o modo de viver, com novos valores e novos mecanismos de adaptação. Assim, a industrialização exigiu o consumo. Já não servia fabricar peças eternas, trazendo a lembrança de algo que passava de pai para filho. Adotou-se a filosofia do "use e jogue fora". O perene deu lugar ao transitório. E transitórias também foram se tornando certas relações interpessoais, inclusive o casamento.

Em fins do século passado, Freud iniciava os primeiros estudos do que, mais tarde, viria a se chamar psicanálise. Com a aceitação do inconsciente, mudava-se o rumo das investigações psicológicas, bem como estavam abertas as portas para o questionamento dos tabus e da repressão sexual. Mais tarde, em 1920, o próprio Freud, em "Mais Além do Princípio do Prazer", reformularia sua teoria instintiva, agora apoiado na dualidade de "Instintos de Vida e Instintos de Morte". Várias correntes psicológicas tiveram raízes na psicanálise, surgindo as mais variadas formas de psicoterapias individuais e grupais. Uma melhor compreensão do ser humano, em especial das crianças, modificou toda uma tendência educacional. A palmatória tornou-se desnecessária. A orientadora educacional e a psicóloga escolar, quase imprescindíveis. Mas, tanto em casa como na escola, houve os riscos correspondentes a algo que poderíamos chamar de "psicologismo", ou seja, uma deformação dos conhecimentos ligados a esta área. Em geral, exageros de uma educação que, demasiado permissiva, dita "moderna", refletia mais descaso, culpa e justificativa de uma geração. A sede de saber deu margem a revistas populares - nem sempre sérias - de como educar os filhos.

Mas, com isto, aos poucos, o tabu sexual estava sendo vencido. Agora, já pertencia ao domínio da ciência. Kinsey e colaboradores iniciam sua pesquisa em 1938, na Universidade de Indiana; em 1940, seu trabalho já é subvencionado pela Comissão de Pesquisa sobre Problemas Sexuais; publicado em 1953, já nos é traduzido no ano seguinte com o título de "Conduta Sexual da Mulher". No mesmo ano de sua publicação, John Rock divulga suas experiências e propõe a inibição da ovulação por hormônios presentes na gestação, ou por seus derivados ou equivalentes sintéticos. Entramos no ciclo dos anovulatórios, ou seja, da pílula anticoncepcional. De um lado, o planejamento familiar. Mas, de outro, acabava-se o receio de uma gravidez não desejada. E as doenças venéreas, terror das gerações passadas, já não mais assustavam: os antibióticos tinham sido descobertos há 8 anos! Já não havia castigos para um livre relacionamento sexual. Mudam-se os conceitos morais, muda-se a legislação. Já não se fala mais, quase, em crimes como "sedução". E as próprias religiões sofrem o impacto destas mudanças, pois, agora, Deus havia mostrado que é bem mais tolerante do que se supunha.

A cada mudança, nova consequência. A cada consequência, nova adaptação. A primeira metade do século nos brindara com duas grandes guerras. Com armas cada vez mais terríveis, o ser humano mostra todo o seu potencial destrutivo. A medicina, por sua vez, procura anular a morte. A penicilina de Fleming, em 45, sucedem-se uma infinidade de antibióticos e quimioterápicos. O cirurgião penetra em regiões nunca exploradas, e vai além, com o transplante. Os psicotrópicos alteram a maneira de sentir, de pensar, de agir. Superadas as doenças infecciosas, os problemas de nutrição e outros, vive-se mais. Há um maior número de velhos. E nem sempre a sociedade está preparada para eles. Ao contrário, às vezes pode-se pensar que apenas vale o mundo e os valores dos jovens. Geriatria e gerontologia, não como palavra, mas como ação, é algo recente. E a presença de pessoas idosas pode influir negativamente na dinâmica familiar, quando são vistas como uma carga, carga esta mobilizadora dos sentimentos de perseguição, por um lado, e de culpa, por outro. Sentimentos que reativam, na geração adulta, o medo do envelhecimento, já agora como sinônimo de fracasso e de infelicidade.

A comunicação é instantânea. Sabe-se dos fatos no exato instante em que acontecem. A televisão destrói as barreiras entre o mundo da criança e o mundo do adulto. Modifica-se o mercado de trabalho, surgem novas profissões. As máquinas, cada vez menores, cada vez mais acessíveis. Novas maneiras de se relacionar dentro e fora da família, ligadas a novos parâmetros éticos e morais. Tudo isto em uma sociedade mais violenta e mais impessoal.

Para ilustrar estas modificações, poderemos tomar a comparação de dois modelos extremos, ambos hipotéticos: o que teria ocorrido em uma cidade pequena, anos atrás, e o que ocorre, hoje, em uma megalópole.

De início, a criança era esperada de um modo diferente. A mulher — nem sempre virgem, apesar do que muitos supõem — casava-se já na expectativa de ter filhos, filhos estes como consequência natural das relações sexuais. Quando havia um controle da natalidade, eram usados os métodos mecânicos (condon), o coito interrompido ou posteriormente, o método de Ogino e Knaus. Atualmente, a sociedade não só criou condições de trabalho para a mulher como, através de pressões econômicas, exigiu a participação desta. Ela deseja um filho mas, ao mesmo tempo, sabe as dificuldades que enfrentará no seu curso, na conclusão de sua tese, no seu trabalho. Mas, enfim, o casal se decide: inscreve-se em um plano de seguro saúde, para fazer frente às despesas do parto, e, vencido o período de carência, suspende-se a pílula.

A mulher estava preparada para o parto normal. Mantinha um bom relacionamento com o médico ou com a parteira; ambos estavam ao seu dispor, quando necessário, e contava com eles. A gravidez transcorria num ambiente de carinho e cuidado, do qual participavam a família, os amigos, os vizinhos. A perspectiva de uma cesárea era apenas a de uma complicação indesejável. E, após o parto, a amamentação e o prazer de amamentar. Hoje é diferente: já não é mais o seu médico. Em instituição, o tratamento será asséptico emocionalmente, com um frio e desconhecido plantonista. Privilégio de alguns, haverá a escolha de obstetra, que estará ao dispor da paciente durante os minutos de duração de uma cesárea pré-marcada ou de um parto induzido. E, por incrível que possa parecer, algumas pacientes já chegam a desejar a cesárea! Possivelmente estou exagerando um pouco, mas, às vezes, a realidade é próxima do que descrevi. Depois, o relacionamento com o recém-nascido e os problemas da amamentação natural, que vocês todos conhecem.

A criança de agora fora recebida dentro de cuidados físicos os mais perfeitos possíveis. Sua mãe submetera-se a um pré-natal, e um pediatra altamente especializado, o neo-natologista, estava presente na sala de parto. Mas o cenário emocional talvez tivesse um colorido distinto do aconchego que era de esperar. O pai de antes, ele trabalhava. A mãe dedicava-se aos filhos, dedicação que se prolongava, pelo menos, até o início do período escolar, com 6 ou 7 anos. Ou além disto, quando se acompanhava a escolaridade através dos deveres de casa. Hoje a mãe também trabalha. Ela teve licença para amamentar, se professora, planejou o filho para coincidir com as férias escolares. Após este período, uma mãe substituta, a babá, nem sempre fácil, nem sempre de confiança. Como recurso, delega à escola funções que já não pode realizar. Assim, retrocede-se no tempo: jardim aos 4 anos, maternal aos 3, pré-maternal aos 2 e, agora, a creche, já para os primeiros meses. É claro que os professores estão bastante mais atentos às necessidades emocionais destas crianças.

O primeiro vínculo da criança era com a mãe, seu objeto de amor e de ódio. O pai, só às refeições. Havia uma certa noção de masculino e feminino: as tarefas eram distintas, como era distinto o cheiro, avoz, a textura. Agora a criança passou o dia na creche, ou com a babá; seu contato com ambos os pais é à noite, pois eles almoçaram no trabalho. A criança para se adaptar acostumou-se a dormir bastante tarde. E é quando recebe estes pais, cansados, ambos com uma calça Lee de textura grossa, ambos cheirando a fumo.

Havia confiança na família e confiança no ambiente. O bom e o mau estavam nitidamente diferenciados, tanto nas histórias de fadas como no relacionamento com as pessoas. Nos dias de hoje, a criança nem sempre pode sair sozinha. Não há lobos maus: há trânsito. Também há raptos e infanticídios, que são mostrados na televisão. Muitos crimes são atribuídos à própria polícia; com isto, certa ou erradamente, confunde-se toda uma noção de valores. A criança, engaiolada em seu edifício, enfrenta o tédio. Por isso, talvez o mais importante papel da escola seja a formação de um ambiente social.

E quanto aos professores? Eles podem estar tranquilos ou preocupados com seus próprios filhos, com sua própria família. Podem se achar bem remunerados ou, ao contrário, enfrentarem problemas econômicos não condizentes com a importância da tarefa que desempenham, e se sentirem injustiçados por isto. São fatores a pesar no relacionamento humano. Mas há outro, igualmente válido. O professor era estimado e respeitado. As mães sabiam quem havia alfabetizado seu filho e eram gratas por isto. O êxito dos alunos era acompanhado passo a passo, do admissão ao vestibular, ou a várias profissões. E, ao ver o adulto bem sucedido, qualquer que fosse o critério, o velho professor dizia com orgulho "O Dr. Fulano fui eu que

alfabetizei". Pois bem, isto acabou. Na cidade grande, os pais nem sabem os nomes dos professores, os alunos esquecem e muito dificilmente haverá algum tipo de reencontro. A relação professor-aluno tingem-se de impessoalidade, impessoalidade que vai se agravar pelo tempo afora, como na relação médico-paciente dos lenepesses da vida...

E fora da escola? Tantas facilidades legais e fiscais são dadas aos desquitados que parece ser desejo do legislador de acabar com o antigo conceito de família. Na relação com os filhos acontece a mesma interferência. Se antes iam ao cinema com os pais na "primeira sessão", agora estão proibidos. Por uma censura absurda e antiquada (segundo declarações do chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Rio ao Jornal do Brasil em 20-5-76). Censura que obriga crianças pequenas a se limitarem às novelas de televisão e crianças maiores a vagarem pelas ruas, descuidando as peças mais infantis, em geral chatíssimas e mesmo prejudiciais. Por outro lado, uma moça de 20 anos pode passar a noite em um motel, com o namorado. Não pode jantar com os pais em um restaurante dançante. A interferência da sociedade já impele a criança e, posteriormente, o adolescente, para um determinado rumo.

Também me foi perguntado quais as tendências que visualizo para um horizonte de dez anos à frente. Ora, o potencial agressivo do ser humano é enorme. Da lança à espada passamos às bombas de hidrogênio. Mudanças que levavam séculos são feitas em décadas, em anos e, talvez, em dias. Podemos poluir nosso planeta como nunca antes se imaginara. Ou neutralizamos nosso potencial de agressão, ou a evolução filogenética pode ser apressada, de modo a não se precisar de milênios para a extinção de uma espécie. Em termos de ficção científica, o "Planeta dos Macacos". Em termos de realidade, não sei. Mas há algo que depende de nós. Se encararmos a escola como o local em que a criança pode ser criança, o adolescente pode ser adolescente, em que se pode e deve errar, porque é uma situação protegida, em que se deve questionar os valores - certos ou errados - para adquirir os próprios valores, então estaremos preparando uma geração para ser adulta, saber pensar, ter juízo crítico. Mas se usarmos uma educação muito repressiva, poderemos correr o risco de uma geração sem noção de valores, sem identidade, apenas apta para a obediência mecânica. É como ir para a guerra com muitos soldados e sem nenhum general...

Ainda, a democratização do ensino. Pelo que entendi, 99,4% dos concluintes do 2º grau aspiram ensino superior. A universidade pode ter ficado mais acessível e, com a alfabetização precoce, com a supressão do exame de admissão, o trânsito escolar mais rápido. Assim, o formando chega mais rapidamente a um mercado de trabalho cada vez mais difícil, mais exigente, compensando em cursos de post-graduação, doutorado e mestrado, o tempo anteriormente ganho. O número de mulheres suplanta o de homens nas faculdades e estes, por pressões econômicas, procuram ocupações mais rendosas. Por exemplo, a socialização da medicina coincidiu com um baixo nível de ensino e rendimento profissional.

O ensino secundário, em função do vestibular, pode preocupar-se como formar alunos que não escrevem, não estudam, mas conhecem todos os "macetes" para passar em uma prova de múltipla escolha. Seria o perfeito "medíocre treinado" se, em lugar de democratização, existir a "massificação do ensino". Com tudo isto, o perfil de um estudante exigiria sempre uma boa dose de saúde mental, um certo grau de conhecimento e alguma capacidade de aprender. Infelizmente, porém, parece que a sabedoria está cedendo lugar à esperteza.

Talvez eu tenha exagerado nesta tentativa de comparar "o mundo que eu vejo" com "o mundo que eu vi". Violência, relações impessoais, choque de valores, êxito de pessoas pouco escrupulosas, pequena tolerância à frustração, tudo isto se refletindo em adolescentes confusos, em adultos confusos. Mas que guardam dentro de si - como nós, neste momento - a esperança de deixar para seus filhos um mundo um pouco melhor.

PAUL AMMANN

---

O ensino de 1º Grau do Distrito Federal dependerá cada vez mais das seguintes oito dimensões ou identidades:

A. A dimensão geográfica da Capital:

- Sua Região Geoeconômica.
- Sua área de influência direta.
- Sua Região Metropolitana.
- As regiões Administrativas.

O Aluno de 1º Grau no Distrito Federal precisará de uma educação que lhe permita formar uma visão da problemática, da vocação e das soluções desta região na qual foi concebida e implantada a Nova Capital.

Veja mapas M.01 a M.04

B. Dimensão demográfica:

1. A criação do Distrito Federal no Planalto Central alterou profundamente a estrutura demográfica no sentido de uma acentuada concentração quantitativa de população no Plano Piloto e núcleos urbanos periféricos, com taxas de crescimento que continuam sendo, 16 anos após a implantação, as mais altas do mundo, chegando a dois milhões de habitantes nos anos 80 (tabela I).
2. Contudo, os 37 municípios goianos da Área de Influência Direta de Brasília cresceram com taxas muito menores de que os demais municípios do Estado de Goiás, de modo que a participação destes 37 municípios na população total do Estado baixou de 15,61% em 1950 para 11,66% em 1970 (tabelas II - IV).
3. O espaço que integra os 37 municípios goianos e 11 municípios mineiros na Área de Influência Direta de Brasília não se estruturou, não se organizou como uma Região diferenciada nestes 16 anos de existência de Brasília.
4. A transferência da Capital ao Centro-Oeste não gerou a esperada "interiorização do desenvolvimento" nem um pólo de desenvolvimento regional harmônico e integrado, ficando Brasília uma "mera localidade central" (\*).
5. Um Plano Integrado do Desenvolvimento do Distrito Federal, na sua parte referente ao ensino de 1º Grau, formará alunos conscientes desta problemática e os orientará na busca das soluções.

C. Identidade de naturalidade

(\*) SANTANA, R. N. M. de. Área de Influência Direta de Brasília. Brasília, Convênio FUB-GDF, 1974, volume I, p. 16.

1. Só uma pequena parcela dos residentes no Distrito Federal são brasilienses, se identificam com Brasília como "pátria", como "minha terra", se preocupam com a vivência e sobrevivência desta Unidade Federativa (tabela V).
2. Grande parte da população brasileira em geral se encontra em permanentes migrações, sendo os principais Estados de trânsito ("entreposto") para Brasília os Estados de Minas Gerais, Goiás e (antiga) Guanabara (tabela VI).
3. A partir dos anos 70, o crescimento anual da população compõe-se de mais pessoas nascidas no Distrito Federal de que imigrantes. A partir dos anos 80, esta população jovem natural da Capital vai constituir a maior parte dos residentes (tabela VII).
4. Dependendo da educação fundamental (de oito anos) recebida, esta nova geração genuinamente brasiliense estará disposta e capaz de resolver os problemas de "sua terra", ou, caso contrário, não estará disposta nem capaz de assumir responsabilidades concretas e refutar improvisações vagas.

#### D. Identidade urbana/rural

1. A população do Distrito Federal será cada vez mais uma população urbana (tabela VIII).
2. Mesmo os imigrantes procedem na sua grande maioria da zona urbana.
3. O ensino de 1º Grau preparará os cidadãos para a vida profundamente humana na grande cidade, superando os problemas de acelerada urbanização e separação da natureza.

#### E. Dimensão do emprego

1. A estrutura ocupacional do Distrito Federal é levantada e acompanhada pelo IBGE, DEPLAN-SEC, SENAI, CODEPLAN, etc., contudo a não consideração da mesma na política econômica leva a graves dificuldades para o planejamento do ensino de 1º Grau em geral e da qualificação da mão-de-obra em particular.
2. No Distrito Federal como Centro Administrativo do País, o Setor de Atividades Econômicas "Administração Pública" é comumente considerado como absorvedor de 60% a 80% da população economicamente ativa, enquanto na realidade o referido ramo absorve apenas 17,42% dos economicamente ativos (tabela IX).
3. De outro lado, as atividades industriais, comumente consideradas como não viáveis no Distrito Federal, oferecem o maior número de empregos na maioria das Regiões Administrativas (tabela X).
4. Para o triênio 1976/78 é prevista a construção de residências em novas e antigas cidades-satélites para uma população de mais de 700.000 novos habitantes, sem que seja planejada nenhuma nova frente de emprego, exceto o Setor Industrial da Ceilândia.
5. Um dos principais problemas do ensino de 1º Grau será, a partir dos anos 80, a sua parte referente ao "preparo para o trabalho" (Lei 5.692; art. 1), porque este trabalho, continuando a atual política de empregos, não será estruturado e portanto não previsível, em termos de projeto, projeção e plano.

#### F. Identidade de remuneração

1. A renda per capita anual mostra diferenças acentuadas entre as Regiões Administrativas e dentro de cada Região. A menor renda média é 30 vezes menor de que a maior renda média.
2. Como as más baixas rendas ocorrem na população com nenhuma ou pouca instrução ou qualificação, esta distribuição desigual da renda tenderá a equilibrar-se, parcialmente, a partir do momento onde todos os empregados têm como instrução mínima os oito anos do 1º Grau completos.
3. Isso, a condição que tenha realmente uma suficiente oferta de emprego.

#### G. Identidade comunitária

1. No Distrito Federal, o cidadão não se identifica como membro de uma comunidade; ele vive, mesmo 16 anos após a

fundação de Brasília, mais como indivíduo e anônimo de que como ser social e conhecido pela comunidade.

2. A participação comunitária, o interesse pelo destino da sua Região, é extremamente fraco ou nulo nas Regiões Administrativas, exceto no Núcleo Bandeirante, onde a referida participação é considerada regular (tabelas XI e XII).

3. A educação de 1º Grau será o principal agente de formação do cidadão social, construtivo e participante.

#### H. Dimensão da qualidade de vida

1. Como conseqüência da acentuada falta de homogeneidade e identidade demonstradas nos itens anteriores, tornar-se-á difícil formar um aluno durante oito anos, na modalidade da educação formal.

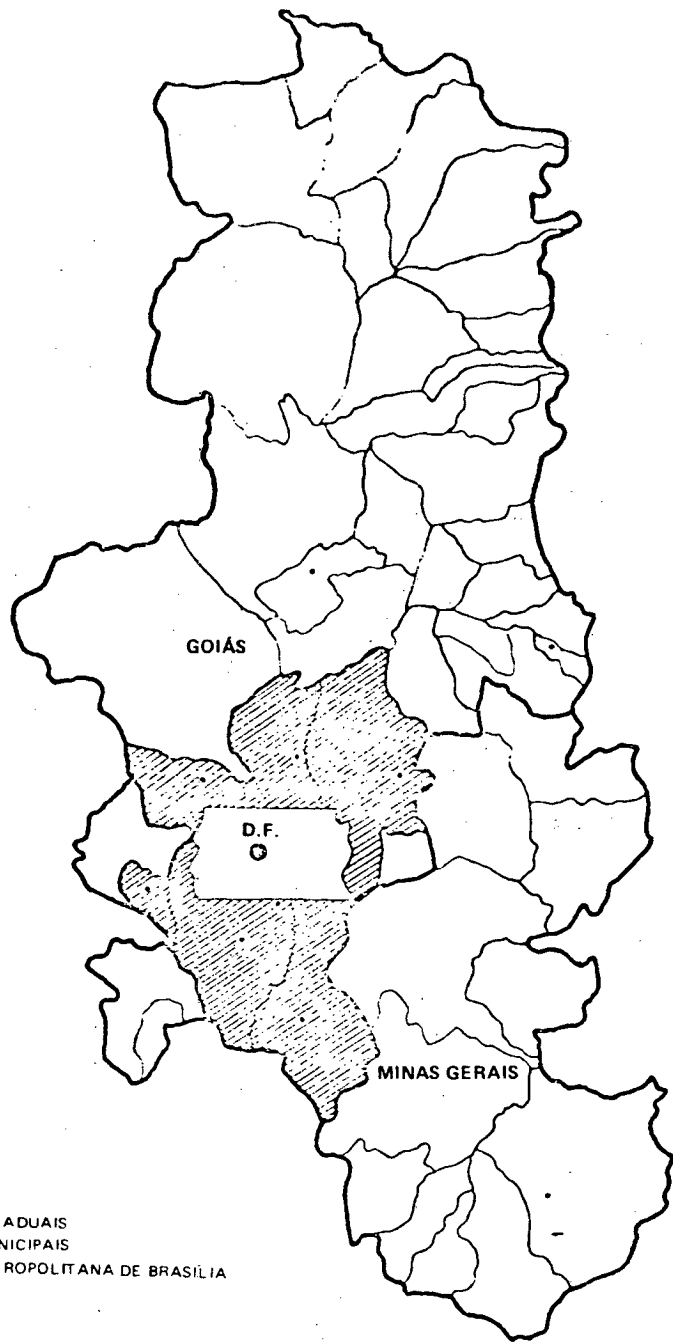
2. Provavelmente as entidades de ensino deverão recorrer cada vez mais ao ensino não formal e informal para obter resultados qualitativa e quantitativamente suficientes.

3. A atual situação de extrema flutuação do mercado e mobilidade dos empregados, além dos itens apontados, provocam uma permanente diminuição da produtividade, que, medida na indústria, foi de - 13,8% de 1967 a 1969 e medida na construção civil foi de - 20% de 1968 a 1975, enquanto o normal seria um aumento de pelo menos 3% ao ano (tabela XIII).

4. No gráfico da curva de aprendizagem (tabela XIV), a economia do Distrito Federal se encontraria constantemente na primeira fase, ou seja, na fase das perdas, porque o empregado ou economicamente ativo trabalha pouco tempo no mesmo emprego, não chegando à fase posterior do lucro.

5. Numa economia predominantemente de serviços, esta baixa produtividade implica diretamente na qualidade de vida, que é tão precária ou tão boa quanto a qualidade dos serviços.

6. Como o 1º Grau é obrigatório, relativamente amplo (oito anos) e quantitativamente o mais importante no Brasil (tabela XV), cabe a este nível a formação, fundamentação e orientação da nova geração para superar gradativamente os referidos obstáculos e colaborar numa sociedade de melhor qualidade de vida, de iguais oportunidades e responsabilidades.



- LEGENDA
- LIMITES ESTADUAIS
  - LIMITES MUNICIPAIS
  - ▨ REGIÃO METROPOLITANA DE BRASÍLIA

CONVÊNIO FUB/GDF

BRASÍLIA 1974

ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA DE BRASÍLIA

Área de Influência Direta de Brasília

30 0 30 60 90

ECO. R. N. MONTEIRO SANTANA EST. ARO.

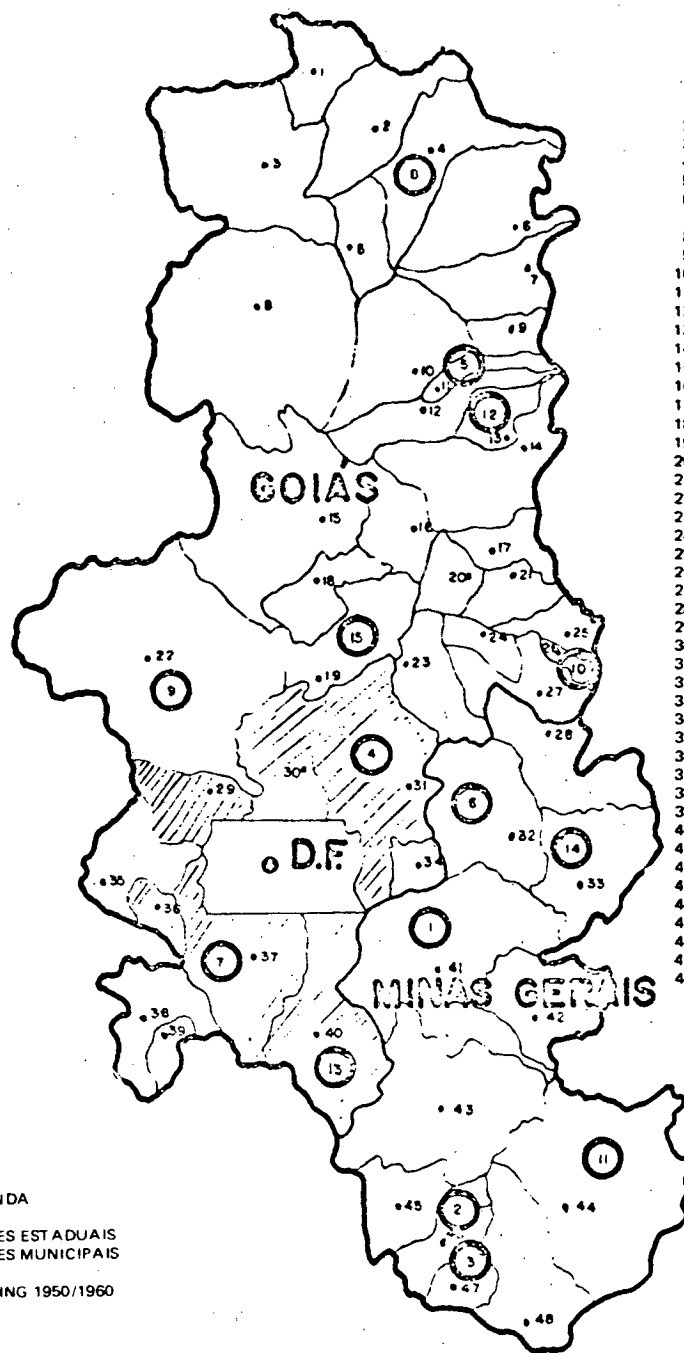
ALBERTO J. B. ANDRADE

ESCALA GRÁFICA

ANTONIO F. F. ANDRADE PORTELA

M-01





- 1 - PINDORAMA DE GOIÁS
- 2 - ALMAS
- 3 - NATIVIDADE
- 4 - DIANÓPOLIS
- 5 - CONCEIÇÃO DO NORTE
- 6 - PTE ALTA DO BOM JESUS
- 7 - TAGUATINGA DE GOIÁS
- 8 - PARANÁ
- 9 - AURORA DO NORTE
- 10 - ARRAIAS
- 11 - CAMPOS BELOS
- 12 - MTE ALEGRE DE GOIÁS
- 13 - GALHEIROS
- 14 - S DOMINGOS
- 15 - CAVALCANTE
- 16 - NOVA ROMA
- 17 - GUARANI DE GOIÁS
- 18 - ALTO PARAISO
- 19 - S. JOÃO DA ALIANÇA
- 20 - IACIARA
- 21 - POSSE
- 22 - NIQUELÂNDIA
- 23 - FLORES DE GOIÁS
- 24 - ALVORADA DO NORTE
- 25 - MAMBAÍ
- 26 - DAMIANÓPOLIS
- 27 - SÍTIO DA ABADIA
- 28 - FORMOSO
- 29 - PADRE BERNARDO
- 30 - PLANALTINA
- 31 - FORMOSA
- 32 - BURITIS
- 33 - ARINOS
- 34 - CABECEIRA
- 35 - CORUMBÁ DE GOIÁS
- 36 - ALEXÂNIA
- 37 - LUZÂNIA
- 38 - SILVÂNIA
- 39 - VIANÓPOLIS
- 40 - CRISTALINA
- 41 - UNAI
- 42 - BONFINÓPOLIS DE MINAS
- 43 - PARACATU
- 44 - JOÃO PINHEIRO
- 45 - GUARDA-MOR
- 46 - VAZANTE
- 47 - LAGAMAR
- 48 - PRES. OLEGÁRIO

LEGENDA

- LIMITES ESTADUAIS
- LIMITES MUNICIPAIS
- RANKING 1950/1960

CONVÊNIO FUB/GDF

BRASÍLIA 1974

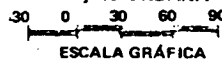
DISTRIBUIÇÃO DOS QUINZE MUNICÍPIOS COM MAIOR CRESCIMENTO RELATIVO DA POPULAÇÃO URBANA

Área de Influência Direta de Brasília

ECO. R. N. MONTEIRO SANTANA

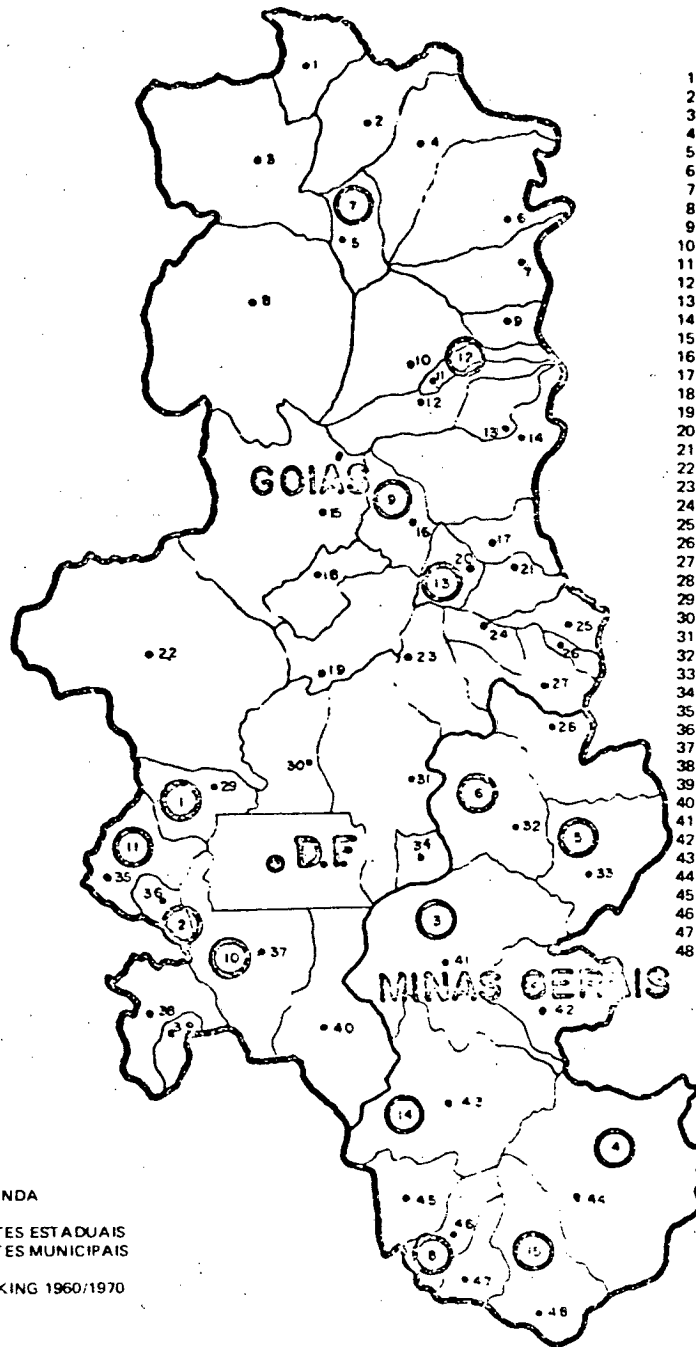
SOCIÓLOGO PAUL AMMANN

EST. ARQ. ANTONIO F. F. ANDRADE PORTELA



ESCALA GRÁFICA

M-02



- 1 - PINDORAMA DE GOIÁS
- 2 - ALMAS
- 3 - NATIVIDADE
- 4 - DIANÓPOLIS
- 5 - CONCEIÇÃO DO NORTE
- 6 - PTE ALTA DO BOM JESUS
- 7 - TAGUATINGA DE GOIÁS
- 8 - PARANÁ
- 9 - AURORA DO NORTE
- 10 - ARRAIAS
- 11 - CAMPOS BELOS
- 12 - MTE ALEGRE DE GOIÁS
- 13 - GALHEIROS
- 14 - S. DOMINGOS
- 15 - CAVALCANTE
- 16 - NOVA ROMA
- 17 - GUARANI DE GOIÁS
- 18 - ALTO PARAÍSO
- 19 - S. JOÃO DA ALIANÇA
- 20 - IACIARA
- 21 - POSSE
- 22 - NIQUELÂNDIA
- 23 - FLORES DE GOIÁS
- 24 - ALVORADA DO NORTE
- 25 - MAMBAÍ
- 26 - DAMIANÓPOLIS
- 27 - SÍTIO DA ABADIA
- 28 - FORMOSO
- 29 - PADRE BERNARDO
- 30 - PLANALTINA
- 31 - FORMOSA
- 32 - BURITIS
- 33 - ARINOS
- 34 - CABECEIRA
- 35 - CORUMBÁ DE GOIÁS
- 36 - ALEXÂNIA
- 37 - LUZIÂNIA
- 38 - SILVÂNIA
- 39 - VIANÓPOLIS
- 40 - CRISTALINA
- 41 - UNAI
- 42 - BONFINÓPOLIS DE MINAS
- 43 - PARACATU
- 44 - JOÃO PINHEIRO
- 45 - GUARDA-MOR
- 46 - VAZANTE
- 47 - LAGAMAR
- 48 - PRES. OLEGÁRIO

LEGENDA

- LIMITES ESTADUAIS
- - - LIMITES MUNICIPAIS
- RANKING 1960/1970

CONVÊNIO FUB/GDF

BRÁSILIA 1974

DISTRIBUIÇÃO DOS QUINZE MUNICÍPIOS COM MAIOR CRESCIMENTO RELATIVO DA POPULAÇÃO URBANA

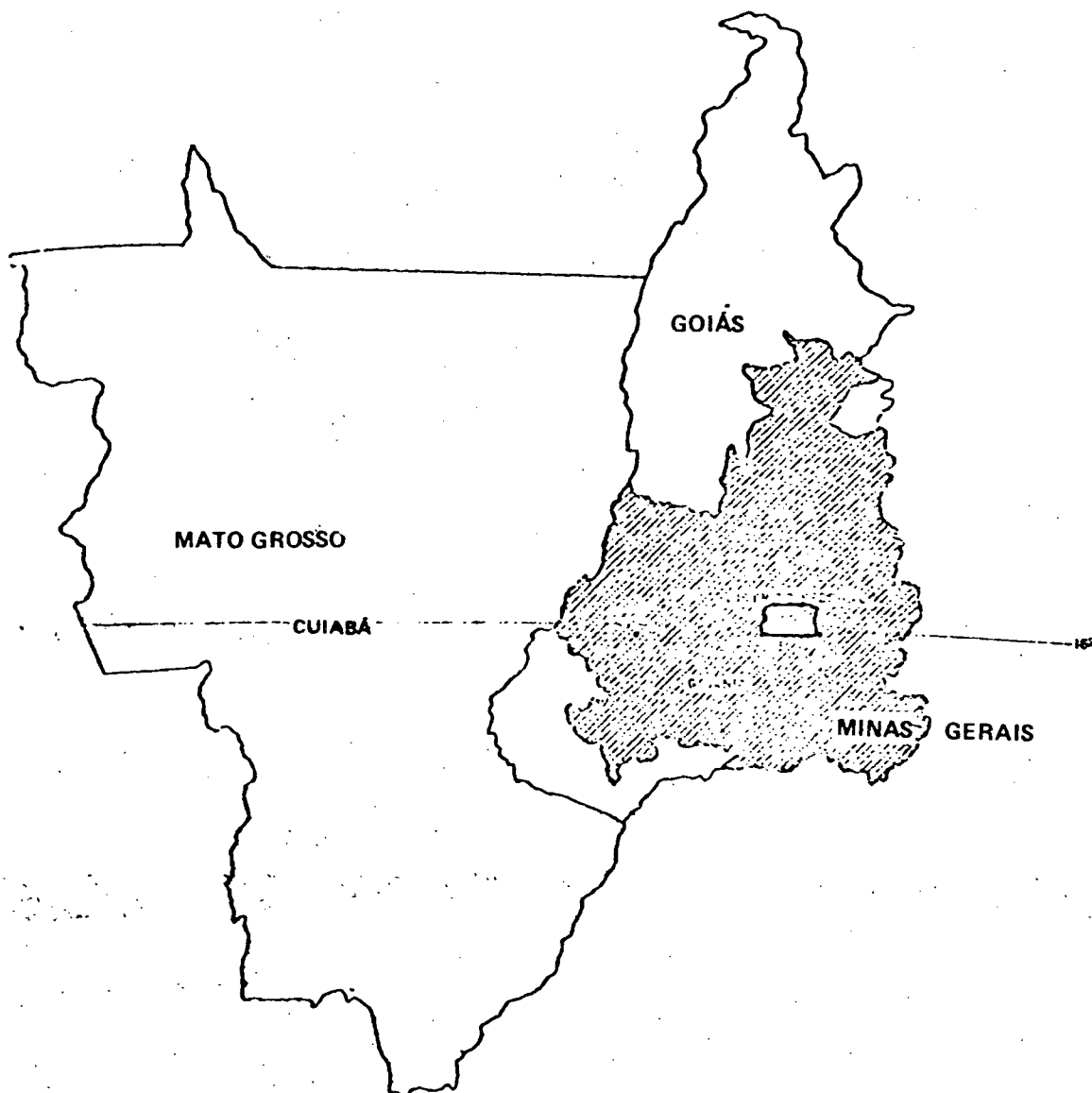
Área de Influência Direta de Brasília  
ECO. R. N. MONTEIRO SANTANA

30 0 30 60 90  
ESCALA GRÁFICA

SOCIÓLOGO PAUL AMMANN

EST. ARQ. ANTONIO F. F. ANDRADE PORTELA

M-03



REDE URBANA DA REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA  
REGIÃO NO CENTRO-OESTE  
CONVÊNIO FUD - SUDECO SETEMBRO / DEZEMBRO - 1973

M  
04

TABELA I  
ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO POR LOCALIDADES, EM 31 DE DEZEMBRO DE CADA ANO

LOCALIDADES (1)		1975		1976		1977		1978	
		N.A.	% DO AUMENTO	N.A.	% DO AUMENTO	N. A.	% DO AUMENTO	N.A.	% DO AUMENTO
POPULAÇÃO URBANA	PP	241.543	—	250.189	3,58	258.116	3,17	265.260	2,77
	GR	80.560	—	95.515	18,56	112.797	18,09	132.643	17,59
	NB	18.502	—	19.384	4,77	20.228	4,35	21.073	4,18
	TG	169.971	—	178.974	5,30	187.578	4,81	196.930	4,99
	CE	120.024	—	123.866	3,20	127.272	2,75	130.995	2,93
	SB	57.357	—	59.332	3,44	61.345	3,39	63.414	3,37
	PL	38.269	—	42.211	10,30	46.536	10,25	51.293	10,22
	GM	127.231	—	135.643	6,61	145.821	7,50	156.043	7,01
	BZ	17.375	—	18.708	7,67	20.132	7,61	21.662	7,60
TOTAL		870.832	—	923.822	6,08	979.825	6,06	1.039.313	6,07
POP. RURAL		25.126	—	25.893	3,05	26.872	3,78	27.786	3,40
DIST. FEDERAL		895.958	—	949.715	6,00	1.006.697	6,00	1.067.099	6,00

FONTE: CODEPLAN (1973) (2)

(1) PP (Plano Piloto), GR (Guardá), NB (Núcleo Bandeirante), TG (Taguatinga), CE (Ceilândia), SB (Sobradinho), PL (Planaltina), GM (Gama), BZ (Brazlândia)

(2) Projeção elaborada em 1973 e reajustada em setembro de 1975.

TABELA II  
POPULAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA DE BRASÍLIA POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO (NÚMEROS ABSOLUTOS)

ANO \ UNIDADE	REGIÃO	DISTRITO FEDERAL	GOIÁS (37 Munic.)	MINAS GERAIS (11 Munic.)
1950	273.515	—	189.608	83.907
1960	520.698	141.742	258.630	120.326
1970	1.101.589	538.351	342.925	220.313

FONTE: QUADRO II

TABELA III

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO POR  
UNIDADES DA FEDERAÇÃO

UNIDADE PERÍODO	REGIÃO		DISTRITO FEDERAL		GOIÁS (37 Munic.)		MINAS GERAIS (11 Munic.)	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
1950/60	247.183	90,37	141.742	(-)	69.022	36,41	36.419	43,40
1960/70	580.891	111,56	396.609	279,81	84.295	32,59	99.987	83,10

FONTE: DADOS BRUTOS - QUADRO II

TABELA IV

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NOS ESTADOS DE GOIÁS E DE  
MINAS GERAIS (TODOS OS MUNICÍPIOS)

ESTADO PERÍODO	GOIÁS		MINAS GERAIS	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
1950/60	739.941	60,90	2.242.248	29,05
1960/70	986.245	50,45	1.537.534	15,44

FONTE: DADOS BRUTOS - QUADRO II

TABELA V

## VIII RECENSEAMENTO GERAL - 1970

## 1. BRASILEIROS NATOS, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO O LUGAR DE NASCIMENTO

LUGAR DE NASCIMENTO	GRUPOS DE IDADE							
	TOTAIS		0 A 4 ANOS		5 A 9 ANOS		10 A 14 ANOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
TOTAIS.....	267 667	265 241	45 785	44 224	39 792	39 190	28 266	29 786
REGIÃO NORTE								
RONDÔNIA.....	92	122	6	3	13	12	15	18
ACRE.....	233	274	2	2	15	15	21	23
AMAZONAS.....	537	724	11	15	36	37	68	53
RORAIMA.....	48	64		2	7	8	13	8
PARÁ.....	1 492	1 775	59	41	129	145	164	220
AMAPÁ.....	85	82	5	5	13	9	23	21
REGIÃO NORDESTE								
MARANHÃO.....	6 164	6 843	202	194	531	538	710	826
PIAUI.....	12 792	12 502	487	460	971	1 013	1 454	1 561
CEARÁ.....	18 199	12 475	567	545	1 163	1 093	1 775	1 413
RIO GRANDE DO NORTE.....	6 520	5 090	260	230	443	436	556	558
PARAÍBA.....	14 407	11 373	582	625	1 006	982	1 109	1 195
PERNAMBUCO.....	11 066	9 272	377	342	680	686	1 004	976
ALAGOAS.....	1 651	1 488	27	23	71	61	108	95
FERNANDO DE NORONHA.....	11	10			3	1	2	7
SERGIPE.....	1 468	1 373	35	20	56	63	114	136
BAHIA.....	17 248	18 762	475	449	1 046	1 097	1 645	1 827
REGIÃO SUDESTE								
MINAS GERAIS.....	49 006	53 002	2 126	1 998	4 657	4 584	6 195	6 686
ESPÍRITO SANTO.....	2 707	2 802	94	79	232	227	341	362
RIO DE JANEIRO.....	5 363	5 495	255	265	630	597	894	857
GUANABARA.....	12 317	12 075	889	770	1 972	1 933	2 662	2 523
SÃO PAULO.....	7 839	7 359	398	367	819	722	1 107	1 046
REGIÃO SUL								
PARANÁ.....	1 788	1 401	139	114	256	218	247	277
SANTA CATARINA.....	1 172	659	14	14	40	38	45	68
RIO GRANDE DO SUL.....	1 836	1 697	64	75	120	101	127	176
REGIÃO CENTRO-OESTE								
MATO GROSSO.....	1 655	1 793	71	80	142	141	199	262
GOIÁS.....	31 743	38 217	1 924	1 897	4 036	4 297	6 029	6 637
DISTRITO FEDERAL.....	60 228	58 512	36 724	35 609	20 705	20 136	2 039	1 960

Fonte: Censo Demográfico - Distrito Federal

NOTA: Dados obtidos pela pesquisa do universo

TABELA VI  
VIII RECENSEAMENTO GERAL - 1970

33. PESSOAS NÃO NATURAIS DO DISTRITO FEDERAL, POR SEXO E TEMPO DE RESIDÊNCIA NO DISTRITO FEDERAL, SEGUNDO O LUGAR DO DOMICÍLIO ANTERIOR										
LUGAR DO DOMICÍLIO ANTERIOR	TEMPO DE RESIDÊNCIA NA UNIDADE DA FEDERAÇÃO									
	TOTALS		Menos de 1 ano		1 ano		2 anos		3 anos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
TOTALS.....	209 628	207 672	26 527	25 984	13 600	14 311	23 420	22 897	20 823	20 330
<b>REGIÃO NORTE</b>										
RONDÔNIA.....	79	101	11	12	4	16			8	16
ACRE.....	77	107	8	12		4	12	6		
AMAZONAS.....	270	334	46	55	9	22	36	24	24	30
RORAIMA.....	16	24					4			12
PARÁ.....	1 108	1 296	163	199	103	105	121	165	95	133
AMAPÁ.....	139	148	9	29	21	18	28	20		
<b>REGIÃO NORDESTE</b>										
MARANHÃO.....	5 453	5 629	718	621	444	590	679	666	667	734
PIAUI.....	11 763	11 415	1 288	1 157	860	847	1 520	1 248	1 246	1 278
CEARÁ.....	15 060	10 680	2 157	1 580	1 010	761	1 973	1 446	1 416	1 028
RIO GRANDE DO NORTE.....	4 902	3 847	688	412	329	279	676	624	569	569
PARAÍBA.....	11 745	9 276	1 592	1 294	842	783	1 851	1 592	1 449	1 134
PERNAMBUCO.....	8 336	7 085	1 073	979	555	436	665	515	912	735
ALAGOAS.....	849	728	70	93	52	28	60	83	77	43
FERNANDO DE NORONHA.....	4	4			4	4				
SERGIPE.....	949	829	94	124	48	58	61	66	91	75
BAHIA.....	12 691	14 418	1 019	1 193	941	1 123	1 363	1 469	1 232	1 384
<b>REGIÃO SUDESTE</b>										
MINAS GERAIS.....	44 680	47 801	4 589	5 280	3 229	3 674	6 286	6 720	4 912	4 830
ESPIRITO SANTO.....	2 216	2 222	254	308	81	80	285	251	168	225
RIO DE JANEIRO.....	7 667	7 074	1 200	1 270	633	579	646	643	694	619
GUANABARA.....	20 511	19 825	3 460	3 664	1 177	1 279	1 746	1 617	1 994	1 895
SÃO PAULO.....	10 249	8 375	1 146	990	537	569	1 296	1 026	973	816
<b>REGIÃO SUL</b>										
PARANÁ.....	2 276	1 737	625	301	151	180	236	221	258	219
SANTA CATARINA.....	950	416	527	91	16	8	100	60	52	38
RIO GRANDE DO SUL.....	1 440	1 325	349	387	100	118	135	139	155	156
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>										
MATO GROSSO.....	1 728	1 665	231	214	119	123	178	144	188	150
GOIÁS.....	43 570	50 654	5 039	5 549	2 274	2 591	3 381	4 073	3 576	4 163
DISTRITO FEDERAL.....										
<b>SEM ESPECIFICAÇÃO DE LUGAR</b>										
SEM ESPECIFICAÇÃO DE LUGAR.....	36	18								
EXTERIOR.....	864	639	171	170	61	36	82	79	67	48

TABELA VII

## CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E MIGRAÇÕES NO DISTRITO FEDERAL

ANO	MIGRANTES		NATURAL		TOTAL	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
1957	13.394	98,6	186	1,4	13.580	100,0
1958	28.431	96,3	1.099	3,7	29.530	100,0
1959	31.728	92,5	2.574	7,5	34.302	100,0
1960	71.723	93,5	4.957	6,5	76.680	100,0
1961	41.271	86,3	6.533	13,7	47.804	100,0
1962	31.656	79,6	8.123	20,4	39.779	100,0
1963	39.339	80,2	9.738	19,8	49.077	100,0
1964	31.478	73,4	11.407	26,6	42.885	100,0
1965	18.532	59,2	12.754	40,8	31.286	100,0
1966	30.000	68,0	14.124	32,0	44.125	100,0
1967	40.990	72,0	15.961	28,0	56.951	100,0
1968	21.958	55,4	17.713	44,7	39.671	100,0

FONTE: CODEPLAN

TABELA VIII

POPULAÇÃO URBANA NÃO NATURAL DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE RESIDE,  
POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR, SEGUNDO ALGUMAS REGIÕES  
E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

UNIDADES E REGIÕES	Residentes na Zona Urbana não Naturais					Sem decla- ração Nº Abs.
	TOTAL Números Absolutos	PROCEDÊNCIA				
		ZONA URBANA		ZONA RURAL		
		Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	
Distrito Federal	401.833	353.490	88	48.278	12	65
Goiás	600.198	404.238	67	195.746	33	214
Minas Gerais	2.026.825	1.547.741	76	478.918	24	166
Centro-Oeste	1.261.594	941.642	75	319.657	25	295
BRASIL	20.672.871	15.239.825	74	5.426.394	26	6.652

FONTE: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO, BRASIL, TABELA 53.



TABELA IX

## PESSOAL OCUPADO POR SETORES DE ATIVIDADES

SETORES DE ATIVIDADES	1972		1973		1983	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
Atividades Agrícolas	6.726	2,86	8.356	3,07	11.804	3,03
Extração Mineral	188	0,08	582	0,20	312	0,08
Indústria de Transformação	10.870	4,62	11.117	4,09	23.391	6,00
Construção Civil	38.709	16,45	54.019	19,86	21.037	5,40
Serv. Industr. de Utilidade Pública	2.357	1,00	2.608	0,96	3.898	1,00
Comércio de Mercadorias	24.112	10,25	31.440	11,56	47.757	12,25
Prestação de Serviços	56.495	23,99	55.944	20,57	105.260	27,00
Transporte, Comunicação e Armazen.	11.311	4,81	12.446	4,58	18.752	4,81
Profissão Liberal	2.842	1,21	3.638	1,34	4.717	1,21
Serviço Social	26.172	11,12	29.859	10,98	43.352	11,12
Administração Pública	43.886	18,65	47.387	17,42	90.213	23,14
Outros	11.682	4,96	14.599	5,37	19.337	4,96
<b>TOTAL</b>	<b>235.350</b>	<b>100,00</b>	<b>271.995</b>	<b>100,00</b>	<b>389.830</b>	<b>100,00</b>

FONTES: 1972 e 1973 - IBGE (PNAD)

1983 - Estimativas elaboradas pela CODEPLAN com base nas estatísticas existentes até 1972.

TABELA X

## CRESCIMENTO RELATIVO OBSERVADO E ESTIMADO PARA O PESSOAL OCUPADO POR SETORES DE ATIVIDADES

SETORES DE ATIVIDADE	VARIACÃO	
	DE 72 PARA 73 (%)	DE 72 PARA 83 (%)
Atividades Agrícolas	24,23	75,50
Extração Mineral	209,57	65,96
Indústria de Transformação	2,27	115,19
Construção Civil	39,55	- 45,65
Serv. Ind. de Utilidade Pública	10,65	65,38
Comércio de Mercadorias	30,39	98,06
Prestação de Serviços	- 0,98	86,32
Transporte, Comunicação e Armaz.	10,03	65,79
Profissão Liberal	28,01	65,97
Serviço Social	14,09	65,64
Administração Pública	7,98	105,56
Outros	24,97	65,53
<b>TOTAL</b>	<b>15,57</b>	<b>65,64</b>

FONTE: DADOS ELABORADOS COM BASE NOS RESULTADOS DA PNAD DE 1972 E 1973, E ESTIMATIVAS DA CODEPLAN.

TABELA XI

**SINOPSE DA VALORAÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS DA PARTICIPAÇÃO,  
SEGUNDO REGIÕES ADMINISTRATIVAS**

VARIÁVEIS DA PARTICIPAÇÃO	REGIÕES	PP	CRUZ	SRIA	NB	GAMA	TAG	CEI	BRAZ	SOB	PLAN	D. F.
1. CONHECIMENTO DE ENTIDADES E GRUPOS (1)		3	4	4	5	3	4	5	3	4	2	3
2. PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES (5)		2	2	2	2	3	2	2	3	2	2	2
3. PERTINÊNCIA A ENTIDADES E GRUPOS (6)		3	1	3	3	1	3	1	1	1	2	2
4. INTEGRAÇÃO DE ENTIDADES E GRUPOS (16)		1	3	2	1	2	2	1	1	2	1	2
5. INTENSIDADE DA INTEGRAÇÃO (20)		3	5	1	4	4	3	1	4	2	5	3
6. REUNIÕES COM AUTORIDADES (24)		1	1	2	3	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL MÉDIA		13 2,2	16 2,7	14 2,3	18 3	14 2,3	15 2,5	11 1,8	13 2,2	12 2	13 2,2	13 2,2

FONTE: Santana F.J.N.P. Ammann, s.(FUB/GDF)

ESCALAS DE PONDERAÇÃO:

**Variável 1:**

100 - 96 = 5  
95 - 90 = 4  
89 - 80 = 3  
79 - 50 = 2  
49 - 0 = 1

**Variáveis 2, 3, 4, 5, 6, 7:**

100 - 80 = 5  
79 - 60 = 4  
59 - 50 = 3  
49 - 40 = 2  
39 - 0 = 1

**Valoração da Participação:**

5 = Excelente  
4 = Bom  
3 = Regular  
2 = Fraco  
1 = Muito Fraco ou Nulo

TABELA XII

**SINOPSE DA VALORAÇÃO DOS PRINCIPAIS SETORES ONDE INCIDE A PARTICIPAÇÃO  
NO DISTRITO FEDERAL**

VARIÁVEIS DE PARTICIPAÇÃO	SETORES									
	Econom.	Educaç.	Sanitár.	Cultural	Recreat. Esport.	Profis.	Religio.	Comunit.	Filan-tr.	(1) Outros
1. CONHECIMENTO DE ENTIDADES E GRUPOS (1)	1	3	4	1	1	1	1	5	1	1
2. CONHECIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS (3)	3	4	4	1	2	1	1	2	1	1
3. PERTINÊNCIA A ENTIDADES E GRUPOS (9)	1	1	1 <sup>(2)</sup>	1	2	1	2	1	1	1
4. PERTINÊNCIA A ATIVIDADES (15)	2	2	1	1	2	1	2	1	1	1
5. INTEGRAÇÃO DE ENTIDADES E GRUPOS (19)	1	1	1	1	2	1	3	1	1	1
6. OBJETIVOS DA INTEGRAÇÃO (17)	1	1	1	1	3	1	2	2	1	1
7. OBJETIVOS DE REUNIÕES COM AUTORIDADES (25)	1	3	1	1	1	1	1	2	1	1 <sup>(3)</sup>
<b>TOTAL <math>\Sigma</math> 105</b>	<b>10</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
<b>MÉDIA 1,5</b>	<b>1,4</b>	<b>2,1</b>	<b>1,9</b>	<b>1</b>	<b>1,9</b>	<b>1</b>	<b>1,7</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

FORNTE: Santana F.J.N.P. Ammann,s. (FUB/GDF)

**ESCALA DE VALORAÇÃO**

100 - 80 = 5 = Excelente
79 - 60 = 4 = Bom
59 - 40 = 3 = Regular
39 - 20 = 2 = Fraco
19 - 0 = 1 = Muito Fraco ou Nulo

- (1) Inclusive "não sabe"  
 (2) Em princípio só poderia pertencer a atividades quem pertencesse à Entidade ou Grupo. Muitos entrevistados, porém, não se consideram pertencentes aos Serviços de Saúde.  
 (3) Discussão de problemas políticos e particulares.

TABELA XIII

DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO ESTADUAL DE PRODUTIVIDADE  
1967 - 1969

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ÍNDICES (Valores absolutos)			ÍNDICES (Valores relativos)	
	Global	CE	CT	CE%	CT%
Territórios	1,387	1,205	1,150	53,1	38,9
Acre	3,435	1,094	3,139	3,9	87,9
Amazonas	0,989	0,856	1,155	1.365,9	- 1.477,9
Pará	1,140	0,994	1,147	- 4,1	104,8
Maranhão	1,067	1,004	1,062	6,4	93,2
Piauí	1,027	0,980	1,047	- 71,2	174,6
Ceará	0,953	0,990	0,962	20,5	80,2
R.G. do Norte	0,921	1,001	0,919	- 1,6	101,6
Paraíba	0,957	1,035	0,924	- 83,3	177,1
Pernambuco	1,023	1,016	1,006	71,6	27,9
Alagoas	1,126	1,013	1,111	10,8	88,0
Sergipe	1,414	1,013	1,395	3,3	95,3
Bahia	1,343	1,017	1,320	5,0	93,4
Minas Gerais	1,180	1,026	1,149	14,9	82,9
Espírito Santo	1,142	0,980	1,165	- 13,9	116,3
Rio de Janeiro	1,123	0,954	1,176	- 36,7	143,3
Guanabara	1,042	1,017	1,025	40,2	58,8
São Paulo	1,124	0,995	1,129	- 3,8	104,4
Paraná	1,162	1,012	1,148	7,6	91,2
Sta. Catarina	1,110	1,006	1,104	5,5	94,0
R.G. do Sul	1,072	1,016	1,055	22,6	76,2
Mato Grosso	0,991	0,970	1,021	330,1	- 237,1
Goiás	0,904	1,077	0,839	- 81,0	168,1
D. Federal	0,890	0,877	1,015	112,2	- 13,8
Brasil	1,108	1,002	1,092	1,8	83,6

CE - Componente Estrutural

CT - Componente Tecnológico

FONTE: Produção Industrial, IBGE

TABELA XIV

CURVA DA APRENDIZAGEM E PRODUTIVIDADE

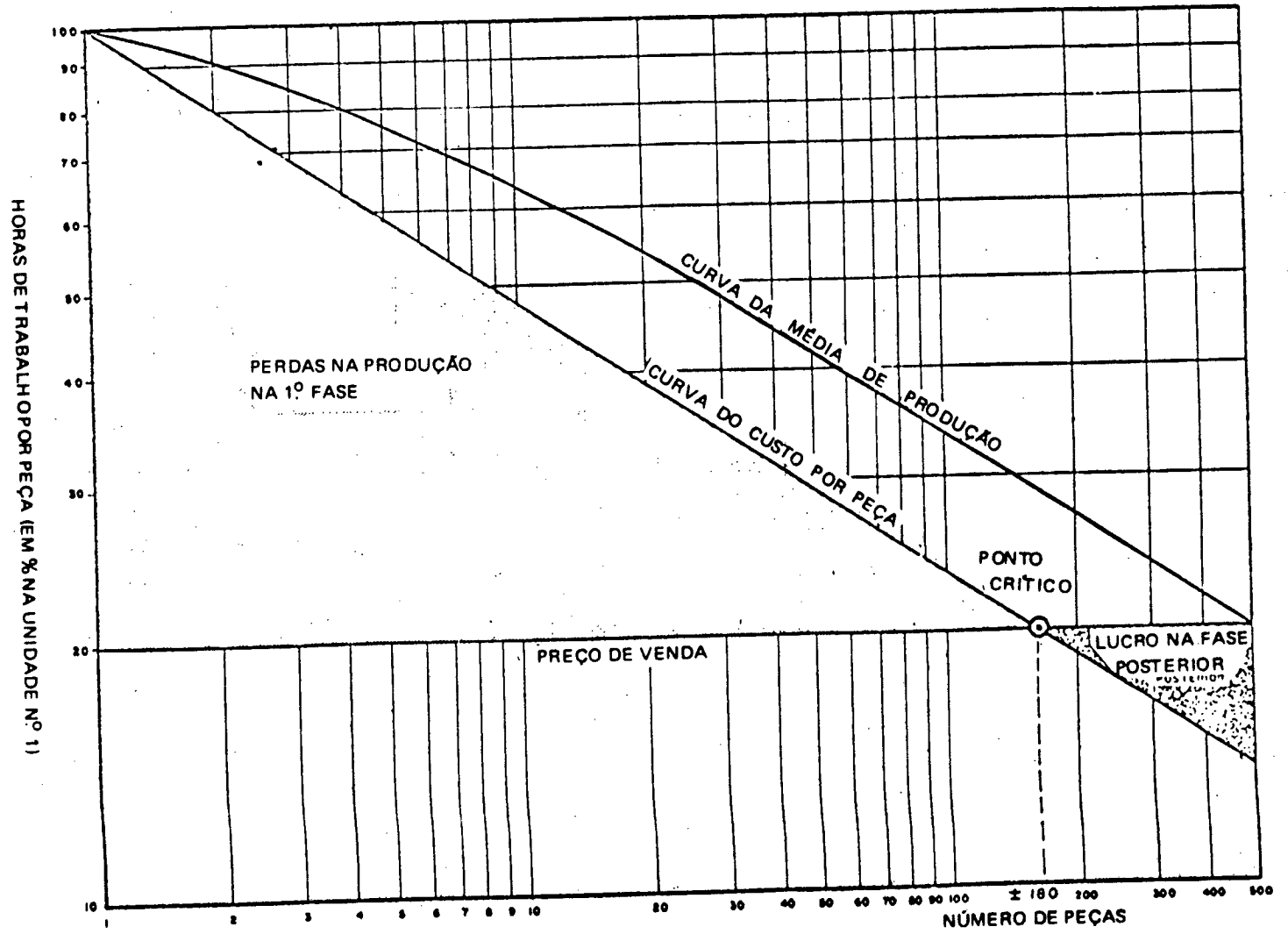


GRÁFICO "A"  
FONTE: DVI MACHRICHTEN Nº 25/1972

TABELA XV

- Composição da força de trabalho por anos de educação formal - em %

Número de anos	Brasil			Japão	
	1950	1960	1970	1950	1960
0 - 5	92,2	91,9	85,7	2,9	0,9
6 - 9	4,8	4,5	7,3	26,7	14,2
10 - 12	1,9	2,4	4,8	64,1	78,2
13 e mais	1,1	1,2	2,2	6,3	6,7

Fonte: Langoni, op. cit. e Watanabe, op. cit.